Art. 11.º Fica o Governo autorizado a publicar uma nova tabela do imposto do selo com as correcções, alterações e eliminações resultantes deste decreto com força de lei e doutros diplomas já publicados e que tenham modificado a tabela em vigor aprovada por decreto n.º 10:039, de 26 de Agosto de 1924, fazendo igualmente nos dizeres da nova tabela a publicar as modificações que a prática tenha aconselhado.

Art. 12.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 4 de Dezembro de 1928. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — José Vicente de Freitas — Mário de Figueiredo — António de Oliveira Salazar — Júlio Ernesto de Morais Sarmiento — Aníbal de Mesquita Guimarães — Eduardo Aguiar Bragança — José Bacelar Bebiano — Gustavo Cordeiro Ramos — Pedro de Castro Pinto Bravo.

Direcção Geral da Contabilidade Pública

2.ª Repartição

Por terem sido publicados com inexactidões no *Diário do Governo* n.º 259, 1.ª série, de 9 do corrente, os decretos n.ºs 16:117 e 16:118, novamente se publicam, devidamente rectificadlos, os referidos decretos:

Decreto n.º 16:117

Considerando que ainda há que satisfazer à Junta Autónoma do Rio Mondego, por conta das suas receitas no ano económico de 1927-1928, a quantia de 107.694\$11;

Considerando que na respectiva verba do orçamento do Ministério das Finanças decretado para o referido ano económico existe disponível somente a quantia de 100.000\$, e que portanto se torna necessário reforçar a mesma verba com a quantia de 7.694\$11;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É reforçada com a quantia de 7.694\$11 a verba de 100.000\$ inscrita sob a rubrica: «A Junta Autónoma do Rio Mondego», no capítulo 5.º, artigo 27.º, do orçamento do Ministério das Finanças decretado para o ano económico de 1927-1928, devendo inscrever-se no orçamento das «Receitas» igual importância sob a correspondente epígrafe.

§ único. Esta despesa considera-se devidamente liquidada em tempo oportuno, podendo a 2.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública proceder à sua autorização de pagamento.

Art. 2.º Este decreto entra imediatamente em vigor e revoga a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 9 de Novembro de 1928. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — José Vicente de Freitas — José da Silva Monteiro — António de Oliveira Salazar —

Júlio Ernesto de Morais Sarmiento — Aníbal de Mesquita Guimarães — António Maria de Bettencourt Rodrigues — José Dias de Araújo Correia — José Bacelar Bebiano — Duarte Pacheco — Joaquim Mendes do Amaral.

Decreto n.º 16:118

Considerando que ainda há que satisfazer à Junta Autónoma do Rio Lis, por conta das suas receitas no ano económico de 1927-1928, a quantia de 5.697\$29;

Considerando que na respectiva verba do orçamento do Ministério das Finanças decretado para o referido ano económico não existe disponibilidade alguma e que portanto se torna necessário reforçar a mesma verba com aquela quantia;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É reforçada com a quantia de 5.697\$29 a verba de 50.000\$ inscrita sob a rubrica «A Junta Autónoma do Rio Lis», no capítulo 5.º, artigo 27.º, do orçamento do Ministério das Finanças decretado para o ano económico de 1927-1928, devendo inscrever-se no orçamento das «Receitas» igual importância sob a correspondente epígrafe.

§ único. Esta despesa considera-se devidamente liquidada em tempo oportuno, podendo a 2.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública proceder à sua autorização de pagamento.

Art. 2.º Este decreto entra imediatamente em vigor e revoga a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 9 de Novembro de 1928. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — José Vicente de Freitas — José da Silva Monteiro — António de Oliveira Salazar — Júlio Ernesto de Morais Sarmiento — Aníbal de Mesquita Guimarães — António Maria de Bettencourt Rodrigues — José Dias de Araújo Correia — José Bacelar Bebiano — Duarte Pacheco — Joaquim Mendes do Amaral.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E COMUNICAÇÕES

Direcção Geral de Caminhos de Ferro

Divisão de Exploração

Portaria n.º 5:765

Tendo a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses submetido à apreciação do Governo um novo projecto de regulamento da circulação dos combóios actualizado para substituir o actualmente em vigor: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Comércio e Comunicações, concordando com o parecer da Direcção Geral de Caminhos de Ferro, aprovar o referido regulamento com a condição de no segundo período do artigo 73.º serem cortadas as palavras «sendo possível».

Paços do Governo da República, 30 de Novembro de 1928. — O Ministro do Comércio e Comunicações, Eduardo Aguiar Bragança.